



UNIRIO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**FAMÍLIA E ESCOLA: PARCEIRAS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DA
CRIANÇA COM NECESSIDADES ESPECIAIS**

RACHEL CRISTINA DOS SANTOS DE SOUZA

Rio de Janeiro

2009

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Rachel Cristina dos Santos de Souza

**FAMÍLIA E ESCOLA: PARCEIRAS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DA
CRIANÇA COM NECESSIDADES ESPECIAIS**

Avaliado por:

Prof^a. Dr^a. Maria Ângela Monteiro Corrêa
Professora Orientadora

Prof^a. Antônia Barbosa Pincano
Professora Leitora

Rio de Janeiro
2009

RACHEL CRISTINA DOS SANTOS DE SOUZA

**FAMÍLIA E ESCOLA: PARCEIRAS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DA
CRIANÇA COM NECESSIDADES ESPECIAIS**

Monografia apresentada à Escola de Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Maria Ângela Monteiro Corrêa

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

**Rio de Janeiro
2009**

AGRADECIMENTOS

- Agradeço a Deus, pois foi Ele quem tornou possível meu ingresso e conclusão da Universidade;

- Aos meus familiares por acreditarem no meu potencial, me apoiarem e me encorajarem em todos os momentos, inclusive nos mais difíceis;

- Ao meu namorado pelo auxílio, pela paciência e por compreender minha ausência nos momentos em que precisava me dedicar aos estudos;

- A minha orientadora, a Professora Doutora, Maria Ângela Monteiro Corrêa pelo apoio contínuo, pela dedicação, pelas palavras de conforto e pela experiência partilhada durante a pesquisa;

- Aos demais Mestres da Universidade pelo trabalho árduo e pela dedicação na busca de formar educadores conscientes;

- A Diretoria da Escola de Educação desta instituição pelo apoio e pela disponibilidade para solucionar, da melhor forma possível, os problemas que se fizeram presentes;

- O meu muito obrigado aos amigos conquistados na universidade, que certamente serão para a vida toda, por tomarem esse percurso mais prazeroso e por fazerem parte deste momento tão importante da minha vida.

Dedico este trabalho a todas as pessoas que de alguma forma fizeram parte da minha história na Universidade ou me ajudaram a ultrapassar esta etapa da minha vida. Principalmente a minha família, pois cada um de seus membros teve papel fundamental para que eu conseguisse concluir a Graduação.

“Um professor afeta a eternidade. Ele nunca saberá onde sua influência termina”

Mário Quintana

Resumo

Este trabalho, realizado por meio de uma pesquisa bibliográfica trata da importância da família no processo de escolarização de crianças com necessidades especiais. No texto serão abordadas as definições os conceitos que permitem compreender o que são necessidades especiais, inclusive necessidades educacionais especiais; as diferentes formas que a pessoa com deficiência foi tratada no decorrer da história, desde a época em que eram assassinadas ou abandonadas até as leis atuais que contemplam as pessoas com necessidades especiais e suas particularidades, na busca de conceder-lhes direitos ao acesso e às mesmas oportunidades, inclusive o direito à educação gratuita e de qualidade. Trata também do processo de inclusão escolar, que pressupõe que todos os alunos estejam juntos no ensino regular, independente de suas necessidades educacionais especiais, de modo que a pessoa com necessidades especiais deixa de ficar segregada em salas ou escolas especiais e passa a ser atendida em escolas regulares, que devem adequar-se para receber a todos. A família nesse contexto, tem papel preponderante no processo de escolarização do filho com deficiência e para tanto é preciso entender a concepção de família hoje e as diferentes configurações que a mesma adotou no decorrer da história; a importância da família no processo de desenvolvimento e a forma como a constituição da personalidade é influenciada pelo tipo de relação que a família estabelece com a criança; a família da criança com necessidades especiais e os diferentes processos pelo qual ela passa com a chegada do filho diferente do planejado e a importância da parceria da família com a escola no processo de escolarização de crianças com necessidades especiais e os seus efeitos positivos para criança, a família e a escola.

Palavras-chave: Alunos com necessidades especiais; família; escolarização relação família-escola.

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| Introdução | 09 |
| Capítulo 1 – Inclusão | 11 |
| 1.1. Deficiência e conceitos | 11 |
| 1.2. O indivíduo com necessidades especiais na História | 12 |
| 1.3. A legislação a favor das pessoas com necessidades especiais | 16 |
| 1.4. Inclusão Escolar | 23 |
| Capítulo 2 - A família da criança com necessidades especiais | 28 |
| 2.1. A família no processo de desenvolvimento da criança | 28 |
| 2.2. A estrutura familiar e suas mudanças | 31 |
| 2.3. A família da criança com necessidades especiais | 33 |
| Capítulo 3 - A família na escolarização das crianças com necessidades especiais | 40 |
| 3.1. Família e escola | 40 |
| 3.2. Família e Escola: Alunos com necessidades especiais | 43 |
| Considerações Finais | 48 |
| Referências | 51 |

Introdução

Este trabalho versa sobre o papel da família no processo de desenvolvimento de crianças com necessidades especiais, principalmente no que se refere ao processo de escolarização dessas crianças.

O interesse por esse tema surgiu durante um estágio de observação em uma escola particular, que atendia crianças com necessidades educacionais especiais. Durante a permanência na instituição percebi que o maior problema que a coordenação pedagógica alegava enfrentar, com relação a essas crianças, era a dificuldade em lidar com as famílias das mesmas que ou não aceitavam a realidade de ter em filho com necessidades especiais ou se negavam a buscar o tratamento adequado e, conseqüentemente, se mantinham afastadas da escola. Algumas famílias declaravam o interesse em retirar as crianças da instituição por se sentirem desconfortáveis e por acreditarem que a escola estava trabalhando indevidamente com a criança. Ao invés da relação dessas famílias com a escola ser de aproximação, já que ambas tinham como objetivo o desenvolvimento das crianças, a realidade dessa relação era de intenso conflito.

Diante desse quadro, e tendo conhecimento da importância da família no processo de desenvolvimento e de escolarização das crianças, principalmente àquelas com necessidades especiais, brotou um grande interesse em conhecer as contribuições de alguns autores sobre essa temática, por meio de uma pesquisa bibliográfica em textos, livros, artigos, teses, dissertações, documentos oficiais e legislação.

O objetivo principal é conhecer os processos pelos quais as famílias de crianças com necessidades especiais passam, a partir do momento do diagnóstico, aprofundar conhecimentos no que se refere à importância da família no processo de desenvolvimento de crianças, sobretudo as com necessidades especiais; a importância da parceria entre a família e escola para o processo de aprendizagem e como essa parceria deve se concretizar.

O trabalho será organizado em três capítulos. O primeiro abordará as diferentes definições de deficiência, as diversas formas como as pessoas com deficiência foram tratadas no decorrer da história, a legislação que gradativamente passou a contemplar os direitos da pessoa com deficiência, concedendo-lhe direito

ao acesso às mesmas oportunidades que as pessoas sem deficiência e o processo de inclusão escolar.

O segundo capítulo trata da família no processo de desenvolvimento da criança; as mudanças que a estrutura familiar sofreu com o passar do tempo, pois o modelo de família nuclear deixou de ser prioritária e diferentes arranjos familiares se constituíram. Outro tema abordado é a maneira como a família da criança com necessidades especiais supera e/ou convive nos diferentes momentos da vida após o nascimento do filho, sobretudo os processos pelos quais o sistema familiar passa após o recebimento da criança com deficiência ou do diagnóstico da deficiência.

No terceiro capítulo trata da parceria da família com a escola, no processo de aprendizagem das crianças e o papel da família no período de escolarização da criança com necessidades especiais. Serão tratados também os efeitos positivos que a parceria entre a família e escola traz para ambas e, principalmente para a criança com necessidades especiais.

Como tenho particular interesse pela complexa relação da escola com as famílias das crianças, sobretudo com necessidades especiais, almejo, com esse trabalho, poder aprofundar os conhecimentos no assunto de forma a tecer algumas contribuições sobre essa temática, que apesar de muito importante, infelizmente, é pouco estudada e pesquisada na universidade e pelos teóricos da área da educação.

Capítulo 1

Inclusão

1.1. Deficiência e conceitos

A Organização Mundial da Saúde publicou em, 1980, o Manual de Classificação das Deficiências, Incapacidades e Desvantagens - CIDID, ou em inglês, ICDH -, para promover a uniformidade de conceitos e terminologias, que são utilizados por grande parte dos pesquisadores de todo mundo.

Deficiência segundo o ICDH, é toda e qualquer perda, falta ou alteração de estrutura ou de função, qualquer que seja sua causa. Quando fala-se em perda, falta ou alteração refere-se a ausência ou anormalidade de parte(s) do corpo, podendo ser de um membro (mão, braço, perna etc.) , de um órgão (olho, baço etc.), ou de tecido. Trata – se, portanto, de algo orgânico, concreto, inquestionável e real.

Com relação à alteração de função, refere-se à função de órgãos ou função cognitiva que, quando estão alteradas, significa que estão deficitárias. As alterações de função ou de estrutura podem ser temporárias ou permanentes, congênitas ou adquiridas ou seja, uma pessoa pode nascer com alguma deficiência ou adquiri-la no decorrer de sua vida.

A deficiência pode ser uma lesão medular, uma lesão cerebral, a inexistência de partes do corpo, uma lesão do nervo óptico, o funcionamento inadequado do aparelho auditivo, a atrofia dos membros, uma fratura óssea dos membros inferiores ou superiores; a ineficiência do funcionamento do rim, o funcionamento cognitivo deficitário.

As alterações citadas podem ser classificadas como deficiência física, deficiência intelectual, deficiência visual, deficiência auditiva, múltipla deficiência sensorial, insuficiência renal, entre outros.

A incapacidade, nesse contexto, surge como consequência direta de uma deficiência. Refere-se a qualquer restrição, decorrente de uma deficiência, da habilidade de desempenhar uma atividade funcional que se tem por comum para o ser humano, podendo ser temporária ou permanente, reversível ou irreversível, progressiva ou regressiva.

O *handicap* - desvantagem, é a situação desvantajosa para um determinado indivíduo como consequência de uma deficiência e/ou incapacidade que o limita ou o impede de desempenhar um papel que esteja de acordo com sua idade e sexo. A desvantagem é sempre em relação a algo ou alguém, sendo assim, diferentemente da deficiência e da incapacidade, ela não é concreta, mas relativa.

Para conceituar pessoas com necessidades especiais buscou-se os documentos oficiais que fundamentam a Educação Especial. Entre eles, encontramos a Declaração de Salamanca (1994), documento considerado como norteador da educação das pessoas com necessidades especiais, que será abordado posteriormente nesse trabalho, que engloba no conceito de necessidades educativas especiais, as deficiências, as dificuldades de aprendizagem e a superdotação, não esquecendo ainda as crianças que trabalham e as crianças de rua; as que pertencem a populações nômades; a minorias étnicas ou culturais e a grupos desfavorecidos ou marginais.

Atualmente a inclusão é um tema recorrente em todos os meios de comunicação no entanto, nem sempre a vida das pessoas com deficiência foi assim, tão próxima dos outros e com tantos direitos.

1.2. O indivíduo com necessidades especiais na História

Para tratar da inclusão é antes necessário definir o que é deficiência, e como o deficiente foi visto no decorrer da história até a atualidade e também conhecer suas conquistas. Alguns aspectos interessantes da Educação Especial na história foram destacados por Corrêa (2003) e Júnior (2008) e serão aqui foco de atenção.

A visão de deficiência é social e historicamente construída, já que em cada época da história, as pessoas com necessidades especiais foram vistas e tratadas de uma forma diferenciada. A discriminação e o preconceito sempre estiveram presentes no convívio das pessoas com deficiência. Para compreender o comportamento social em relação à pessoa com deficiência é preciso levar em conta os contextos social, político, econômico e cultural, nos quais ela está inserida (CORRÊA, 2003).

Na Antiguidade, os romanos, asfixiavam os recém nascidos mal construídos, e afogavam as crianças débeis ou anormais. Embora as leis romanas proibissem a

morte intencional de crianças com menos de três anos, permitiam que as crianças com alguma mutilação fossem mortas. A vida da pessoa com deficiência não tinha valor, já que as pessoas do povo só tinham importância quando eram úteis para a nobreza (SILVA *apud* CORRÊA, 2003).

As crianças deficientes quando não eram assassinadas eram abandonadas em cestos com flores às margens do rio Tibre. Essas crianças eram esperadas pelos pobres e escravos, criadas por essas pessoas e depois utilizadas como meio de exploração. Como esta atividade era bastante lucrativa, algumas crianças eram raptadas, mutiladas e serviam como pedintes.

Na Roma de Césares, enquanto alguns deficientes mentais eram tratados como bobos, outros eram usados para o trabalho nos circos romanos; na Grécia Antiga, os deficientes eram sacrificados ou escondidos; na República de Platão eram escondidos; em Atenas, ao pai cabia exterminar o filho, mas quando isso não acontecia, a criança era abandonada; em Esparta, os deficientes eram eliminados ou abandonados e, antes do cristianismo, era costume serem jogados em um precipício. Como a guerra e a agricultura estavam presentes nesta sociedade o vigor físico era fundamental, sendo assim, eliminava-se aqueles que não estavam dentro dos padrões exigidos (SILVA *apud*, CORRÊA, 2003).

Nesta mesma época, enquanto em alguns lugares as crianças deficientes eram mortas, em outros lugares eram consideradas como “possuídas pelo demônio” e necessitavam de purificação. Os sentimentos em relação aos deficientes eram ambivalentes, misturando piedade e rejeição, cuidados e abandono, perseguição e proteção.

Com o cristianismo, no fim da Antiguidade, o deficiente passou a ter alma, a ser considerado criatura de Deus, não podendo mais ser maltratado, abandonado ou eliminado. Assim o deficiente foi tratado por toda a Idade Média, como filhos de Deus e seres humanos como qualquer outro. As deficiências eram vistas como sinais da ira divina, eles eram marginalizados e viviam com o dinheiro das esmolas que recebiam. Embora o deficiente fosse protegido, tivesse um teto e alimento, ainda vivia segregado.

A primeira instituição para abrigar deficientes mentais surgiu na Bélgica, no século XIII. Até então eram acolhidos em igrejas ou conventos, onde tinham a sobrevivência em troca de favores à instituição. Na Inglaterra, baixada por Eduardo II, surge a primeira legislação sobre os cuidados a serem tomados com a

sobrevivência e os bens dos deficientes mentais. Esta lei também diferenciou o deficiente mental do doente mental (louco) (CORRÊA, 2003).

No início da Idade Moderna, a Inquisição Católica sacrificou loucos e deficientes mentais; enquanto no século XVI surgiu a idéia de que a deficiência era um problema médico, cabendo ao médico decidir sobre a vida dessas pessoas.

Após a Revolução Burguesa, e com a queda da hegemonia religiosa, a deficiência passou a ser aceita como conseqüência de doenças e traumatismos, merecendo tratamento e cuidado, assim surgiram os primeiros hospitais psiquiátricos (PESSOTI *apud* JÚNIOR, 2008).

Os deficientes permaneceram confinados, pois acreditava-se que a pessoa deficiente sofria de falta de estimulação e precisava ser educada, por isso eram retiradas de suas comunidades e segregadas. Foi a partir desse momento que a institucionalização se constituiu, mas esse processo não garantiu o desenvolvimento dessas pessoas (ARANHA *apud* JÚNIOR, 2008).

Em 1650, em Londres, descobriu-se que as deficiências eram produtos de alteração na estrutura do cérebro, com essa visão mudou-se então a maneira de pensar sobre os distúrbios dos deficientes mentais. Em 1800, tendo como base a Teoria do Conhecimento e da Aprendizagem de Lock - que defendia que a mente era uma página em branco a ser escrita pela experiência, o reeducador de surdos, Itard, deu origem ao primeiro programa sistematizado de Educação Especial e pode ser considerado o criador de uma educação especial para deficientes mentais.

Outros estudiosos foram criando instituições e métodos destinados à educação de deficientes. Somente a partir do século XVIII que iniciativas para o atendimento das pessoas com deficiência ganharam notoriedade a partir da Europa e, expandiram-se para os Estados Unidos, Canadá e posteriormente, para o Brasil. Nos Estados Unidos, a primeira escola pública de surdos foi criada em 1817 e em 1829, instalou-se o primeiro internato para cegos; no Canadá, a primeira escola para meninos "surdos-mudos" foi estabelecida em 1848; também no mesmo ano, nos Estados Unidos, foi criado o primeiro internato para deficientes mentais. O número de escolas para deficientes foi aumentando progressivamente.

No final do século XIX, os programas de externato começam a ser desenvolvidos. Em 1896 as primeiras classes especiais são instaladas. Em 1940, foi criada uma organização para essas crianças deficientes de modo a estimular iniciativas do governo no sentido de criar uma legislação que beneficiasse essas

crianças. Por volta de 1950, os pais de crianças com desenvolvimento mental atrasado – que, na época eram chamadas de retardadas e excepcionais, e eram excluídos da escola devido ao preconceito e a ausência de leis, que dificultavam o seu ingresso ou permanência na escola, organizaram-se e criaram uma instituição que foi a inspiração para a criação das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais, no Brasil (APAES).

No Brasil, a primeira forma de atendimento escolar para pessoas com necessidades especiais destinada aos deficientes físicos surgiu em 1600. No que se refere à área jurídica, a primeira Constituição do Brasil (1824) privava o incapacitado físico ou moral do direito político, embora permitisse a instrução primária e gratuita a todos.

Na época do Império, foi criado o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant (IBC) e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos (INES), ambos na cidade Rio de Janeiro.

Inspirados nas experiências dos estudiosos dos Estados Unidos e Europa, alguns brasileiros deram maior atenção ao atendimento dos deficientes. Em 1926, foi fundado o Instituto Pestalozzi, instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1945 foi criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi.

Em 1961, foi criada a APAE de São Paulo, que teve relevância estadual e depois nacional na educação de deficientes mentais; em 1964 foi instalada a primeira unidade assistencial da APAE de São Paulo, para dar habilitação profissional à adolescentes do sexo feminino e em 1967, foi fundada a Clínica de Diagnóstico e Terapia dos Distúrbios do Desenvolvimento Mental. Em 1971, a APAE-SP inaugurou a primeira unidade multidisciplinar integrada para assistência a deficientes mentais e para formação de técnicos especializados nessa área, chamada Centro de Habilitação de Excepcionais.

Como as propostas relativas à Educação Especial apresentavam um significativo descompasso entre a teoria e a prática, o Governo Federal criou diversas campanhas voltadas para o atendimento educacional dos excepcionais - assim eram chamados os deficientes naquela época -, na busca de reverter essa situação.

1.3. A legislação a favor das pessoas com necessidades especiais

Com o aumento do convívio de pessoas com necessidades especiais na sociedade, a legislação passou a estabelecer os direitos dessas pessoas. Algumas conquistas internacionais representam marcos muito importantes no que se refere aos direitos dos indivíduos com necessidades especiais, mas é importante ficar claro que nem sempre o que determina a legislação é o que, de fato acontece.

Em 1948 o mundo vivia o pós-guerra, muitas pessoas haviam sido mutiladas e voltavam para seus países reivindicando direitos de cidadãos. Nesse contexto, em 10 de dezembro de 1948 a Declaração Universal dos Direitos Humanos, embora não fosse uma lei, estabelece os direitos naturais de todos os seres humanos, inclusive o direito à educação para todos. O documento não trata diretamente dos indivíduos com necessidades especiais mas, como trata dos direitos de todos os cidadãos, engloba também as pessoas com necessidades especiais que, na época, eram em grande número, visto que muitos haviam sido mutilados durante a guerra.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), desde 1961 até os dias atuais sofreu algumas modificações com relação aos deficientes e sua escolarização. A LDB de 1961, de nº 4.024/61, reconhecia a Educação Especial e tratava dos direitos dos excepcionais à educação, que deveria ser feita no sistema geral de ensino para a integração do deficiente à comunidade. A lei apoiava apenas iniciativas privadas. Mais tarde, a Lei nº 5.692/71 determinava que alunos deficiência física ou mental, com atraso em relação à idade regular de matrícula e os superdotados, deveriam receber tratamento especial (CORRÊA, 2003).

Em 1973, a educação especial passa a ser gerida pelo Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), que impulsionou ações educacionais voltadas às pessoas com deficiência e às pessoas com superdotação.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988, dedicou alguns artigos às pessoas com necessidades especiais:

Capítulo II – Da União

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

...

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;

Cap II – Da seguridade social

Seção IV - Da assistência social

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

...

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

...

Cap III – Da educação, da cultura e do desporto

Seção I – Da educação

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

...

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

...

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

Capítulo VII - Da família, da criança, do adolescente e do idoso

...

Art. 227.

§ 1º - O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança e do adolescente, admitida a participação de entidades não governamentais e obedecendo os seguintes preceitos:

...

II - criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos.

§ 2º - A lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência.

Em 1993, outro documento importante é o Plano Decenal de Educação para Todos, que tinha como foco a universalização da educação básica e a erradicação do analfabetismo. Nesse Plano o indivíduo com necessidades especiais, incluído no processo educacional, deveria receber mais atenção para se desenvolver de forma satisfatória. Para alcançar essa universalização com qualidade era necessário

realizar uma prática educativa com estratégias específicas para atender as necessidades do aluno especial, além de garantir sua permanência na escola.

A Convenção sobre os Direitos da Criança, de 20 de novembro de 1989, retificada pelo Brasil em 24 de setembro de 1990, também foi um marco internacional importante, pois apresentava como quinto princípio os direitos dos portadores de necessidades especiais, de modo que os professores deveriam valorizá-los como indivíduos e seres sociais.

A Declaração de Salamanca (1994), foi resultante da Conferência Mundial sobre Necessidades Especiais. A Conferência que teve como objetivo promover a educação para todos e favorecer o enfoque da educação integradora, capacitando as escolas para atender as crianças, principalmente as com necessidades especiais (CORRÊA, 2003).

O documento proclama que todas as crianças têm direito à educação, de modo que esta seja obtida e mantida em nível adequado; que cada criança tem um jeito próprio de aprender; que a educação deve ser planejada para atender as particularidades de todas as crianças; e que as escolas regulares integradoras deveriam promover o combate à discriminação (CORRÊA, 2003).

A Declaração de Salamanca pode ser considerada como um “divisor de águas” para a educação especial, pois é o primeiro documento a orientar, de forma específica, a educação dos alunos com necessidades especiais. Além disso, a Declaração apresentou novas idéias sobre necessidades educativas especiais, como, por exemplo, a de que são crianças e jovens cujas necessidades decorrem de sua capacidade e de suas dificuldades de aprendizagem, sendo assim, alunos que no percurso escolar apresentam dificuldades de aprendizagem, têm necessidades educativas especiais.

A referida declaração orienta que a escola integradora deve ter sua prática centrada na criança, educando adequadamente todos os alunos, inclusive os com deficiência, além disso, a escola deve ajustar-se à criança, e não o contrário (CORRÊA, 2003).

Em 1994, a Política Nacional de Educação Especial (PNEE) fundamenta - se na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 5.692/71, com redação alterada pela Lei nº 7.044/82), no Plano Decenal de educação para Todos (1993) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº

8.069). O PNEE tem por objetivo garantir e orientar o atendimento educacional da pessoa com necessidades especiais.

O documento visa à valorização e o respeito às diferenças individuais; o oferecimento ao aluno com necessidades especiais das mesmas condições que são oferecidas aos demais alunos; a união de diferentes áreas - social, médica e psicológica -, para o atendimento desses alunos, entre outros.

A atual LDB (Lei nº 9.394/96) dedica um capítulo, especificamente à Educação Especial:

Capítulo V - Da educação especial

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Art. 60. Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público.

Parágrafo único. O Poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo.

Apesar dos avanços e do aumento significativo do número de alunos com necessidades especiais em escolas regulares, alguns autores fazem críticas a esses documentos, já que apresentam contradições e falhas.

De acordo com Ferreira (2008), a LDB nº 9.394/96, ao disponibilizar vagas para as pessoas com necessidades especiais tendo por base as características pessoais dos alunos, dificultou o acesso de uma grande parte dessa população à escola (FERREIRA *apud* JÚNIOR, 2008).

Em 1999, a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Decreto nº 3.298/99) apresenta orientações com o objetivo de assegurar os direitos individuais e sociais das pessoas com necessidades especiais. De acordo com a Lei, os órgãos e entidades do Poder Público devem assegurar o exercício dos direitos básicos da pessoa com necessidades especiais. Além disso, apresenta como objetivos para a integração dessa pessoa o acesso, ingresso e permanência em todos os serviços oferecidos à comunidade; a integração de órgãos e entidades públicas e privadas para a prevenção das deficiências, a eliminação das causas e a inclusão social; o desenvolvimento de programas setoriais para o atendimento das pessoas com deficiência, entre outros.

O Plano Nacional de Educação (PNE), publicado em 2001, tem por objetivo assegurar a continuidade das políticas educacionais e articular as ações da União, estados e municípios. O Plano apresenta metas para a educação de pessoas com necessidades especiais, que enfatizam o desenvolvimento de programas que aumentem o atendimento desde a educação infantil até a qualificação profissional dos alunos; ações preventivas na área visual e auditiva até a generalização do atendimento aos alunos na educação infantil e ensino fundamental; e educação continuada de professores que estão em exercício, entre outros. Este documento também foi alvo de críticas. Minto declara que o documento desresponsabiliza a União e os governantes e culpabiliza os professores pelos problemas da educação (MINTO *apud* JÚNIOR, 2008).

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, de 15 de agosto de 2001 determinaram que, a partir da presente data, a Educação Especial passou a fazer parte do Sistema Geral de Educação, em todos os níveis e modalidades, ampliando o papel da Educação Especial e enfatizando a inclusão de alunos especiais.

O documento estabeleceu meios legais para garantir a inclusão dos alunos especiais em toda a Educação Básica, devendo as escolas se adequarem em todos os aspectos para receber esses alunos.

A Convenção da Guatemala (1999), promulgada, no Brasil, pelo Decreto nº 3.956/2001, afirma que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas, definindo como discriminação, com base na deficiência, toda diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades fundamentais

Em 2002 dá-se atenção para a formação de professores na perspectiva da educação inclusiva, de modo que o professor deve contemplar, em sua prática, as diversidades e conhecer as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais. No mesmo ano a Lei nº 10.436/02 reconhece a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como meio legal de comunicação e expressão, determinando que sejam garantidas formas institucionalizadas de apoiar seu uso e difusão, bem como a inclusão da disciplina de Libras como parte integrante do currículo nos cursos de formação de professores e de fonoaudiologia.

Em 2003, foi implementado pelo MEC o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, que promovia a formação de gestores e educadores para a garantia do direito de acesso de todos à escolarização, à oferta do atendimento educacional especializado e à garantia da acessibilidade, com vistas a transformar os sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos.

Em 2004, o Ministério Público Federal publicou o documento *O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular*, com o objetivo de disseminar os conceitos e diretrizes mundiais para a inclusão, reafirmando o direito e os benefícios da escolarização de alunos com e sem deficiência nas turmas comuns do ensino regular. No mesmo ano, o Decreto nº 5.296/04 regulamentou as Leis nº 10.048/00 e nº 10.098/00, estabelecendo normas

e critérios para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU em 2006 e da qual o Brasil é signatário, estabelece que deve ser assegurado um sistema inclusivo em todos os níveis de ensino, adotando medidas para garantir que as pessoas com deficiência - adultos ou crianças - não sejam excluídas do sistema educacional geral por causa da deficiência e que as pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, assim como as demais pessoas. Neste mesmo ano, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, os Ministérios da Educação e da Justiça, juntamente com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) lançam o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, com o objetivo de contemplar no currículo da educação básica, temáticas relativas às pessoas com deficiência e desenvolver ações afirmativas que possibilitem acesso e permanência na educação superior.

Em 2007, é lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que apresenta como eixos a formação de professores para a educação especial; a implantação de salas de recursos multifuncionais; a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares; acesso e a permanência das pessoas com deficiência na educação superior, entre outros. Para a implementação do PDE é publicado o Decreto nº 6.094/2007, que estabelece, a garantia do acesso e permanência no ensino regular e o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, fortalecendo seu ingresso nas escolas públicas.

No mesmo ano, o Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial apresenta a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, visando constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos. Esse documento tem como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares sob a orientação de que os sistemas de ensino deveriam, para atender os alunos as necessidades educacionais especiais, promover a transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior; atendimento educacional especializado; continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino; formação de professores para o atendimento educacional especializado e

demais profissionais da educação para a inclusão escolar; participação da família e da comunidade; acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

Na perspectiva da educação inclusiva, há uma integração entre a educação especial e a proposta pedagógica da escola regular, de modo que os alunos com necessidades especiais possam participar plenamente das atividades educativas tendo suas particularidades contempladas.

A legislação voltada para a educação especial viabilizou muitos avanços no atendimento dos alunos com necessidades especiais, mas é preciso que haja concordância entre teoria e prática, entre o que a legislação determina e o que de fato acontece com as pessoas com necessidades especiais.

Dentre esses avanços, o principal é a inclusão de alunos com necessidades especiais na escola regular, que será tratada com mais detalhes na sequência desse trabalho.

1.4. Inclusão Escolar

Incluir é acolher a todos e aceitar que todos são diferentes, possuem potencialidades e limitações, aplicando-se aos que estão permanente ou temporariamente incapacitados. A inclusão busca remover as barreiras da exclusão, permitindo que estes possam agir e interagir no mundo em que vivem. (RODRIGUES, 2008). A inclusão concebe a diferença como inerente ao ser humano, onde o normal é ser diferente assim, a diversidade passa a ser o eixo central do processo educativo.

Inclusão é o ato ou efeito de incluir, desse modo um conjunto contém ou inclui o outro. Levando em conta essa definição de Mantoan, integrar - que tem o mesmo sentido que incluir, uma pessoa com necessidades especiais à sociedade seria integrá-lo de maneira que ele tenha acesso aos serviços do mercado de trabalho, escola e lazer; que tenha direitos e deveres e seja capaz de uma vida produtiva e independente (MANTOAN *apud* DOTA e ÁLVARO, 2009).

A inclusão foi adquirindo notoriedade tanto na sociedade quanto no contexto educacional, principalmente a partir da LDB (Lei 9.394/96) que adotou uma nova

modalidade de educação para alunos com necessidades especiais, provocando reflexões e discussões sobre a temática.

A inclusão escolar pressupõe uma série de transformações tanto de paradigmas, como de conceitos e de posições, além da necessidade de rever o modo de fazer a educação, de avaliar, de planejar o ensino, de formar os professores, de pensar a educação como um todo. Representa uma forma de fusão do ensino regular com a educação especial, que vai além de colocar as crianças com necessidades especiais no mesmo espaço que as outras crianças. É permitir que os alunos com necessidades especiais tenham acesso às mesmas oportunidades que os outros alunos têm.

O processo de inclusão escolar tem seu início antes da chegada do aluno especial na classe regular, tanto a escola quanto o professor devem se preparar para receber e para lidar com o diferente, devem estar dispostos e aptos para atender as necessidades dos alunos, tendo por base suas diferenças.

Para receber, na escola, uma criança com deficiência além das modificações na estrutura física, é preciso desenvolver métodos e estratégias educativas que são fundamentais para o sucesso das crianças com necessidades especiais. A escola precisa se modificar e se adaptar para atender as necessidades de uma grande variedade e diversidade de alunos (RODRIGUES, 2008).

A partir do momento em que o professor começa a lidar com as diferenças culturais e intelectuais de seus alunos e reformula sua prática para atender a essa diversidade, passa a conceber a aprendizagem de forma diferente. O processo ensino/aprendizagem, nesse enfoque, deve contemplar as singularidades dentro e fora da escola, por meio de uma rotina que deve ser repensada a cada dia e modificada, de acordo com as novidades que o cotidiano apresentar. Abandona-se a culpabilização das crianças pelo fracasso escolar, e passa-se a investigar as causas do fracasso. (JÚNIOR, 2008)

Todos aprendem com a chegada de uma criança com necessidades especiais em uma classe regular. Embora demande muito esforço, esta relação pode propiciar a construção de uma sociedade melhor, rompendo com preconceitos ultrapassados, em que aqueles que não estão dentro dos padrões estabelecidos estão fadados ao fracasso.

A chegada de uma criança com necessidades educativas especiais proporciona inúmeros benefícios tanto para o aluno com deficiência como para os

demais alunos. O deficiente encontra modelos positivos nos colegas; conta com assistência dos colegas, crescem e aprendem a viver em ambientes integrados. Os alunos sem deficiência aprendem a lidar com as diferenças individuais; tem oportunidade para praticar e partilhar as aprendizagens. A maioria dos alunos passa a aceitar e compreender os outros; passa a respeitar as pessoas; a reconhecer as necessidades e competências dos colegas; constroem uma sociedade solidária; desenvolve o apoio e a assistência mútua e se dedicam em projetos de amizade (RODRIGUES, 2008).

Além de todos os benefícios dessa relação, a autora chama a atenção para outros fatores que devem ser levados em conta no processo de inclusão. Dentre eles, a escolha dos materiais e equipamentos da sala de aula; a disposição e adequação do espaço disponível para os alunos; a revisão do papel do professor como iniciador ou gestor das interações e a maior ou menor estruturação das atividades propostas na sala de aula.

Stainback e Stainback, citados por DOTA e ÁLVARO (2009), também tratam dos benefícios da educação inclusiva, já que o aluno deficiente tem a oportunidade de preparar-se para a vida na comunidade; os professores melhoram suas habilidades profissionais; a sociedade se conscientiza com a igualdade para todas as pessoas e as crianças se enriquecem, pois aprendem umas com as outras. Os autores concluem que os professores têm medo da inclusão, principalmente porque o aluno incluído é sinônimo de mudança na rotina, por isso defendem que a escola deve oferecer os serviços que o aluno necessita e a formação e atualização necessária aos professores.

O ensino inclusivo pressupõe uma educação de qualidade para todos, com currículos amplos e flexíveis, mas para que isso de fato aconteça, é fundamental que os profissionais da educação, principalmente o professor, sejam preparados, para lidar com a diversidade de seus alunos. É preciso que o professor se conscientize da importância da inclusão, já que muitos profissionais da educação ainda têm uma concepção errônea e preconceituosa com relação ao deficiente. Os professores precisam abandonar a visão do senso comum e planejar sua prática para que contemple todos os alunos, inclusive àqueles com necessidades especiais. Esses alunos, por sua vez, precisam sentirem-se aceitos e serem tratados com respeito e qualidade.

A educação inclusiva ganhou espaço com o abandono do conceito de integração, que vigorou entre as décadas de 1960 e 1980. A integração, embora garantisse a permanência do aluno especial na escola, não o tornava parte do processo educacional, ele continuava recebendo tratamento diferenciado e em ambientes diferentes dos das outras crianças. A segregação e a discriminação continuavam presentes, pois a escola permanecia inalterada, e os professores despreparados, tendo o aluno que se adaptar à escola (CORRÊA, 2003).

O conceito de integração parte do princípio da normalização, que prevê uma condição normal à que a maioria da população pertence. Os serviços eram oferecidos para ajudar as pessoas com deficiência a atingirem essa condição de normalidade para que pudessem ser integradas à sociedade. As pessoas com necessidades especiais continuavam excluídas em instituições à espera de estarem preparadas para a inserção na sociedade. Era o indivíduo diferente que precisava mudar para poder fazer parte da sociedade.

Mittler ao comparar os conceitos de inclusão e integração destaca que a inclusão é a preparação adequada dos professores que conta com o apoio de seus diretores, e das autoridades locais e dos coordenadores pedagógicos, pressupõe a realização de reformas em termos de avaliação, pedagogia, agrupamentos e sala de aula, fazendo todos os alunos se sentirem incluídos e bem vindos à escola. Enquanto a integração pressupõe que a pessoa diferente deve se preparar para se adaptar à escola regular, a medida que a instituição se mantém inalterada (DOTA e ÁLVARO, 2009).

Enquanto na integração a pessoa deficiente era preparada para viver com os outros, na inclusão, a sociedade precisa se modificar para receber a pessoas com necessidades especiais para que ela possa se desenvolver (CORRÊA, 2003, p. 98).

Outro conceito que inclui a mudança na sociedade, diante da inclusão, é o de Ross (2003), para o autor "inclusão é o processo pelo qual a sociedade se adapta para incluir e capacitar as pessoas até então marginalizadas, permitindo a participação social ativa de todos" (ROSS *apud* CORRÊA, 2003, p. 99).

Ainda há muito preconceito com relação aos deficientes e as pessoas com necessidades especiais. A sociedade ainda tem muita dificuldade para lidar com a diferença, pois ela é vista como algo negativo e por demandar um comportamento e tratamento diferenciado. A inclusão pressupõe o respeito, a valorização e aceitação

dessas diferenças, possibilitando a todas as pessoas o acesso aos bens e serviços necessários à vida humana (JÚNIOR, 2008).

Para receber um aluno com necessidades especiais é preciso que haja uma reformulação da prática educativa, e principalmente, que seja abolida a concepção de que todos os alunos aprendem os mesmos conteúdos ao mesmo tempo. É preciso respeitar as particularidades de cada um durante o processo de aprendizagem, para que as crianças com necessidades especiais não sejam excluídas, dentro de uma escola regular, que se propõe inclusiva. (ERILDO, BERNARDA e ROMEIRO, 2009)

Outro tema que merece atenção especial nesse trabalho é a família da criança deficiente ou com necessidades especiais, assunto que será abordado na sequência dos capítulos.

Capítulo 2

A família da criança com necessidades especiais

Para tratar da família de uma criança deficiente ou com necessidades especiais é necessário abordar, primeiramente, a família de uma maneira geral. O conceito de família, suas funções e a importância dela para o desenvolvimento da criança, sofreram mudanças significativas com o passar do tempo.

2.1. A família no processo de desenvolvimento da criança

Ao conceituar família, alguns autores a definem de maneira diferente, para Carter e Goldrick (2008), a família deve ser vista:

(...) como unidade básica de desenvolvimento e experiência, realização e fracasso, saúde e enfermidade deve ser entendida como um sistema movendo – se ao longo do tempo e cada um de seus membros com o seu ciclo de vida individual movendo – se no interior deste ciclo de vida familiar (CARTER e GOLDRICK *apud* CORRÊA e FERNANDES, 2008, p.237).

De acordo com Barros (2008):

Família é um sistema intercomunicante, em que o comportamento de um de seus membros só poderá ser entendido a partir do contexto de cada sistema grupal e do meio em que está inserido. Assim, o equilíbrio da família depende de seu próprio equilíbrio (SPROVIERI, 2008, p.69).

Para a teoria de sistemas, o grupo familiar pode ser visto com um conjunto que funciona como totalidade e, no qual, a particularidade dos membros não basta para explicar o comportamento dos demais, pois o comportamento de um é independente do comportamento do outro. Ao mesmo tempo em que um indivíduo influencia os outros membros da família, ele é influenciado por eles (SPROVIERI, 2008).

Uma das características comuns às definições anteriores é a concepção da família como um sistema, de modo que tanto o sistema como um todo, quanto os membros que o compõem se influenciam mutuamente.

A literatura mostra que o conceito de família sofreu modificações com o passar do tempo, e as atribuições que ela tem hoje não são as mesmas do passado. Da mesma forma, o conceito de infância também sofreu profundas modificações. Na Idade Média, a criança era considerada um “adulto em miniatura”, cujas necessidades básicas limitavam-se a alimentação, vestimenta e moradia. Assim

podemos dizer que o conceito de infância está intimamente ligado ao conceito de família, pois a partir do momento que surge a necessidade de se dar um tratamento, um cuidado diferenciado à criança, recai, sobre a família, a responsabilidade de promover esse tratamento, atendendo às primeiras e essenciais necessidades das crianças, que são muito maiores que as citadas anteriormente.

Na contemporaneidade, o ambiente familiar precisa satisfazer as necessidades básicas de afeto, apego, desapego, segurança, disciplina, aprendizagem e comunicação da criança. Sendo assim, no processo de desenvolvimento da criança, a família precisa estar disposta a se organizar para atender as exigências e necessidades infantis (FITCHNER *apud* SPROVIERI, 2008).

A família não é o único canal pelo qual se pode tratar a questão da socialização, mas é, sem dúvida, um âmbito privilegiado, uma vez que este tende a ser o primeiro grupo responsável pela tarefa socializadora (VITALE, 1997, p. 90).

A família tem papel central no processo de desenvolvimento da criança, visto que além de garantir a sobrevivência física e afetiva, representa o primeiro contexto socializador no qual a criança está inserida, possibilitando o primeiro contato dela com a cultura acumulada, que envolve valores, normas, costumes e crenças, da sociedade da qual fazem parte.

Os comportamentos dos membros da família influenciam também no processo de desenvolvimento da criança em inúmeros aspectos, no desenvolvimento cognitivo, social, afetivo e da personalidade. A família constrói a identidade dos indivíduos que ali nascem.

No que se refere ao desenvolvimento cognitivo da criança, esse tem relação direta com determinadas características da família e com as atividades que a mesma realiza com a criança. Diversos comportamentos dos pais influenciam no desenvolvimento da criança e podem ser manifestados pelo uso de incentivos verbais e pela proximidade física, pelo aconchego e carinho, pela sensibilidade ao tentar entender e procurar atender os desejos e sentimentos do filho, pelo estímulo à independência e à autonomia, pela disposição para fazer perguntas e responder aos questionamentos da criança, e também pela aquisição de materiais que ela necessita (GARDNER *apud*, SALVADOR, 1999).

Com relação ao desenvolvimento social e da personalidade da criança, existem características paternas que podem ser determinantes para o comportamento de seus filhos. Os pais, classificados como autoritários, que manifestam altos índices de controle e exigem dos filhos amadurecimento e dedicam baixos níveis de comunicação e afeto, tendem a ter filhos que realizam poucas manifestações de afeto, e podem chegar a ter problemas de relacionamento com seus iguais, são pouco alegres, apreensivos, infelizes, vulneráveis a tensões. Os pais permissivos, que exercem pouco controle e exigências de amadurecimento, mas que realizam muita comunicação e afeto, tendem a ter filhos com problemas para controlar os impulsos, dificuldades no momento de assumir responsabilidades, são imaturos e com baixos índices de auto-estima, porém são mais alegres. Os pais democráticos, apresentam altos níveis de comunicação e afeto, assim como de controle e exigências de amadurecimento, por isso tendem a ter filhos com altos índices de controle e de auto-estima, capazes de enfrentar situações novas com confiança e iniciativa, geralmente são mais interativos e hábeis nas relações com seus pares (MORENO e CUBERO, 1995).

É possível perceber também que as relações que as crianças estabelecem entre os irmãos ou fora do convívio familiar são reflexos das experiências que elas vivenciam na família.

Cataldo com base em estudos de vários autores, resume em quatro as funções que a família tem com relação ao desenvolvimento das crianças, que confirmam e complementam o que foi mencionado anteriormente. A família, para o autor, deve oferecer proteção e cuidado, garantindo-lhes condições dignas de subsistência; deve contribuir para a socialização de seus filhos em relação aos valores sociologicamente construídos; deve dar suporte à evolução das crianças, controlá-las e ajudá-las no processo de escolarização e de instrução; deve ajudar e dar suporte para que as crianças sejam emocionalmente equilibradas capazes de estabelecer vínculos afetivos satisfatórios e respeitosos com outros (CATALDO *apud* SALVADOR, 1999).

Embora a família não represente um contexto formal de aprendizagem, as aprendizagens realizadas nos primeiros anos de vida, promovidas pela família, são fundamentais e importantíssimas para o desenvolvimento da criança. Graças à essas experiências educativas que tem em casa, a criança aprende a categorizar objetos e fatos; a utilizar roteiros e esquemas para compreender e prever

acontecimentos; a simbolizar - tratar objetos e situações como se fosse “outra coisa” e, elaborar compreensões intuitivas sobre o mundo. As aprendizagens adquiridas nas atividades cotidianas familiares são base para o desenvolvimento de aprendizagens futuras e mais complexas (GARDNER *apud* SALVADOR, 1999).

Outro tipo de aprendizagem valiosa, adquirida no contexto familiar, é a que acontece entre irmãos. Apesar das particularidades de cada caso, as relações entre irmãos promovem aprendizagens potencialmente educativas, como aprender a encontrar estratégias de negociação para alcançar os resultados desejados e promover o desenvolvimento emocional. Essas relações unem sentimentos positivos e negativos, como amor e ódio, cooperação e ciúme, aceitação e rejeição, entre outros, além de favorecer o equilíbrio do convívio dos pais com cada filho, no que se refere à aceitação das diferenças entre eles, o que torna a relação mais flexível (CATALDO *apud* SALVADOR, 1999).

Algumas relações entre irmãos, no entanto, são permeadas pelo conflito e nesses casos, é fundamental levar em conta o estilo educativo dos pais, comentado anteriormente, para o encaminhamento dessa situação.

Para Moreno e Cubero existem ainda alguns fatores que influenciam e condicionam as práticas educativas familiares, são eles o grau de controle que os pais exercem sobre o comportamento dos filhos; a capacidade de estabelecer um ambiente comunicativo; o grau de maturidade que a família exige dos filhos e o afeto que decorre da relação. É importante que fique claro que o afeto e a comunicação podem ser associados à exigência ajustada, pois não são sinônimos de permissividade, e o controle ajuda a compreender as condições que contribuem para o desenvolvimento das crianças no contexto familiar (SALVADOR, 1999).

2.2. A estrutura familiar e suas mudanças

No que se refere à estrutura familiar, existem duas categorias mais comuns, a família nuclear ou conjugal e a família extensa. A primeira é formada pelo casal e filhos não adultos e a segunda, refere-se aos lares em que convivem mais de um núcleo conjugal, com indivíduos de diferentes gerações.

Como a família é um sistema dentro de um sistema maior - que é a sociedade, à medida que essa sofreu mudanças, como por exemplo, a entrada da mulher no

mercado de trabalho, tornando-a independente financeiramente, a estrutura familiar também sofreu profundas modificações. Essas mudanças se deram, tanto no que se refere à perda do suporte e da ajuda entre os membros, quanto na distribuição dos papéis no núcleo familiar.

Para entender um pouco melhor a família diante das constantes mudanças da atualidade, o estudo de vários autores nos auxiliam nessa compreensão. A família da pós - modernidade, assumiu características distintas da sociedade burguesa, composta por pai, mãe e filhos. O núcleo familiar sofreu transformações no decorrer da história e tem se constituído de várias formas: famílias com único progenitor, famílias de homossexuais, famílias reconstituídas ou a guarda compartilhada dos filhos, entre outros (BERGAMI *apud* TULESKI et al., 2003).

O casal, legalmente constituído, e seus filhos, tendo o pai como provedor e a mãe como dona-de-casa e responsável pela educação da prole - perde vigor e declina à medida que as mulheres se inserem no mercado de trabalho, tendo de conciliar a atividade profissional com a responsabilidade familiar (PEIXOTO, 2007, p. 11).

Para a autora o controle da fecundidade por meio da contracepção e o aumento do número de divórcios também promovem mudanças no interior da família. Com a reorganização dos papéis familiares, mudam as relações entre marido e esposa e os vínculos entre pais e filhos.

Com relação aos diferentes arranjos familiares pode-se identificar também membros desse grupo familiar que casam e continuam no mesmo núcleo, encontramos também maternidade e paternidade precoces, irmãos de novos casamentos dos pais, avós como responsáveis pela educação de direito e de fato dos netos, famílias expandidas nas relações de vizinhança, entre outros. De acordo com essas organizações, a família passa a ser as pessoas com quem se pode contar, independente dos laços consangüíneos, de modo que são estabelecidas com essas organizações redes de interação sócio-afetiva (FERNANDES e CORRÊA, 2008).

A individualidade, segundo Singly (2007), passou a fazer parte do contexto familiar. A família que antes era fechada no seio doméstico e recolhida à intimidade familiar e conjugal passou a ser substituída por outras relações sociais, configurando um espaço-tempo familiar "aberto", cada indivíduo permanece em sua "bolha", com a sua televisão, com o seu celular, entre outros.

Nas sociedades tradicionais, os papéis eram predeterminados, havia uma hierarquia entre os membros, por isso quando a autoridade patriarcal e a divisão dos papéis familiares são modificadas, as relações entre os membros são alteradas, já que os papéis não são mais preestabelecidos (SARTI, 1995).

Outro aspecto que promoveu mudanças no ambiente familiar, na visão de Medina e Passos, citados por Carneiro (2003), foi a variação das necessidades básicas dos filhos. No passado, elas limitavam-se à vestimenta, educação e saúde, já as novas "necessidades" referem-se à manutenção de um padrão de vida mais elevado. Essas novas demandas sociais fazem com que os pais, na busca de supri-las dediquem mais tempo ao trabalho e estabeleçam menor contato com os filhos. Com menos disponibilidade para desempenhar sua tarefa educativa a família tende a depositar essa responsabilidade principalmente na escola.

2.3. A família da criança com necessidades especiais

Sabe-se que o nascimento de uma criança, além de quase sempre ser motivo de expectativas, uma vez que os pais alimentam sonhos e fazem planos para o bebê que esperam, gera também uma série de mudanças no ambiente familiar, demandando manobras de adaptação para viver um novo estado de equilíbrio dinâmico. Essas transformações são acentuadas quando o bebê que nasce tem alguma deficiência ou necessidade especial, pois essa família enfrenta dificuldades ainda maiores que as das outras, como o estresse e a depressão, que apresentam-se em níveis mais elevados que nos pais de outras crianças com problemas de saúde (MARCUS *apud* SPROVIERI, 2008).

Os pais anseiam pela "criança perfeita", que seja saudável, vigorosa, esperta, cheia de energia e vitalidade, o suficiente para efetivar os sonhos paternos. Quando uma criança nasce com alguma inabilidade, esses sonhos e fantasias podem morrer de forma dolorosa (BYNGHALL *apud* SPROVIERI, 2008, p. 71)

O nascimento de uma criança com necessidades especiais representa uma desestruturação da família na sua totalidade, uma vez que o filho desejado e saudável é substituído por uma criança absolutamente diferente do que se esperava, gerando, na família, uma série de dificuldades emocionais, que se misturam à sentimentos de culpa, de auto-piedade, de rejeição, luto, vergonha, desesperança. É

como se um projeto fosse interrompido bruscamente e a possibilidade de retomá-lo torna-se muito remota.

Essa nova realidade impõe à família, segundo Sprovieri (2008), um novo estilo de vida, visto que a deficiência afeta não só o deficiente, mas a todos os familiares, e também, de certa forma, a comunidade e a sociedade que também não estão preparadas para conviverem com o diferente

O momento do diagnóstico do problema da criança é crucial para o relacionamento da família com o bebê e muitas famílias, nesse momento, não são orientadas adequadamente. Assim, as incertezas quanto às reais possibilidades de desenvolvimento da criança unem-se aos sentimentos de frustração, culpa, dificultando tanto a relação da família com seu bebê, quanto a procura pelo tratamento adequado para o mesmo. Por esse motivo, quanto antes a família souber da deficiência da criança ou de sua necessidade especial e for orientada sobre o assunto, melhores serão as reações dela, principalmente se isso acontecer próximo ao nascimento. Portanto, descobrir a deficiência após o nascimento faz com os pais necessitem buscar ajuda na mesma época em que ainda estão sofrendo com a crise de aceitação da criança que nasceu (SPROVIERI, 2008).

Diante do turbilhão de sentimentos que afeta essa família, é indispensável que, logo após o diagnóstico, ela seja atendida e orientada, de forma a receber o suporte emocional necessário, para que aprenda a lidar com essa nova realidade. Dessa forma, o foco de atenção não deve estar apenas na criança deficiente, mas também na família da mesma, que precisa de apoio, orientação e aconselhamento. Só assim a família irá adquirir condições emocionais e procurar reunir recursos, para possibilitar os atendimentos necessários para o desenvolvimento do filho (COLGANO e ALVES, 2003).

A família precisará passar por um processo de adaptação não só em relação à esse novo filho, mas também precisará aprender a respeito de sua condição especial e adaptar-se a esta situação e, nesse processo, precisará de ajuda externa. O atendimento às necessidades da família, por meio do tratamento adequado, refletirá positivamente no deficiente, seja no que refere ao aspecto afetivo, emocional ou físico (SANTOS *apud* COLGANO e ALVES, 2003).

Para Buscaglia, o primeiro passo desse processo de atendimento à família é fazer com que ela entenda que todos os sentimentos negativos naquele momento ou nos momentos sequenciais são normais, entenda também que é natural que se

sintam desapontados e deprimidos, que padeçam de dor, incertezas e medos, e que desejariam que tudo fosse um pesadelo. Os pais não devem se limitar à condição de pais de uma criança deficiente e para isso precisarão de ajuda de toda rede social. É preciso ajudar aos pais a aceitar a realidade e a condição do filho (CORRÊA, 2003)

Alguns estudiosos defendem inclusive que o trabalho com essas famílias deve ser feito em grupos terapêuticos, pois a interação entre eles pode trazer vários benefícios, como o compartilhamento de sentimentos, a percepção de que não estão sozinhos e a troca de experiências. Para que o desenvolvimento da criança com necessidades especiais e de sua família se dê de forma mais satisfatória é fundamental que todos os membros com quem os pais contam no convívio cotidiano, dentre eles, tios, avós e, inclusive, irmãos mais velhos, que são potencializadores para o desenvolvimento da criança especial, façam parte do processo terapêutico. Nesse processo, a percepção de outros problemas e de bloqueios pode ser feita pelos profissionais (HALM *apud* SPROVIERI, 2008).

Para que o tratamento seja eficaz, é necessário que o comportamento da família seja analisado dentro de todo o contexto, desde o aspecto socioeconômico quanto à própria estrutura familiar. Assim, famílias com baixo nível sócioeconômico encontram muito mais dificuldades para receber atendimento adequado e precoce em serviços públicos. Em muitos casos, para essas pessoas, o atendimento só é feito quando a criança alcança idade escolar, o que prejudica significativamente o processo de desenvolvimento daqueles que necessitam desse atendimento.

É comum que os pais de crianças com deficiência, principalmente as mães, devido aos cuidados que o deficiente requer, “abandonem” os outros filhos e descuidem de si mesma, se tomando com isso, muito mais vulneráveis à depressão. Assim, o tratamento deverá atuar para que a doença do filho não interfira em todo o sistema familiar e leve ao desgaste e muitas vezes à separação do casal. A família não pode ficar subordinada às conseqüências da deficiência, ela precisa se ajustar à nova realidade, de modo que as necessidades de todos os membros sejam também atendidas.

Alguns autores analisaram a dinâmica familiar de pais de crianças com necessidades especiais, dentre eles Mary Ann Newcomb, citada por Corrêa e Fernandes (2008), que afirma que após o diagnóstico da deficiência da criança a família passa por três fases:

1ª Fase: É a fase de apoio frente ao choque do inesperado, do desconhecido, do imprevisto. Sendo comum a busca de um culpado, choro, raiva, negação, e dificuldade de interação com seu bebê, fechamento na dor e negação de contato. Em um segundo momento, percepção da criança e de suas necessidades; perda do medo de serem inadequados; busca por auxílio e informações; estabelecimento de contato com outros pais.

2ª Fase: É a do conhecimento mútuo, que possibilita uma visão mais realista da criança, pois os pais aprendem a conhecê-la, a criar vínculos com ela, a buscar apoio e esclarecimento sobre o problema, podendo se tornar, em algumas situações, superprotetores. Em seguida, a criança especial deixa de ser o centro das atenções e os pais passam a se preocupar com eles próprios, e a se envolverem com outros projetos e famílias.

3ª Fase: Os pais de crianças especiais tornam-se modelos facilitadores junto aos pais de outras crianças, também especiais, ensinando espontaneamente e fazendo adaptações criativas, reconhecem limites e possibilidades e que a tristeza e a frustração são sentimentos normais diante da situação e conseguem expressar alegria com as conquistas do filho (FERNANDES e CORRÊA, 2008)

Outra autora que estudou esse tema foi Nancy Miller, citada por Corrêa e Fernandes (2008), ela também analisa a dinâmica familiar, destacando o processo de adaptação ao nascimento do filho deficiente, dividindo esse processo em quatro fases. São elas:

1ª Fase - Sobrevivência: Essa fase para cada pessoa se desenvolverá de uma determinada forma, pode durar meses ou anos, e, alguns sentimentos, podem perdurar por toda vida. A compreensão de que os sentimentos de medo, culpa, vergonha e raiva são normais, e que se deve cuidar de si mesma e procurar apoio, podem amenizar essa período. Perceber o sentido de domínio, de otimismo e de esperança, é, para a autora, sobreviver e significa também que é possível prosseguir.

2ª Fase - Busca: Os sentimentos que emergiram na fase anterior serão investigados e resolvidos na medida em que se adquirir o domínio da situação. Essa fase tem dois caminhos, uma busca interna e uma externa. Busca externa é a vivência na procura do diagnóstico, é a busca pelo entendimento da necessidade do filho e conhecimento de novos especialistas, é a visualização de novos caminhos e a aquisição de novos conhecimentos. A busca interna é a trajetória de auto-

descoberta, que tem início no reconhecimento de que a vida será diferente do planejado, e envolve, dentre outras coisas, a aceitação; as mudanças de expectativas sobre a vida familiar; o esforço para compreender a situação e ter as explicações; os questionamentos e práticas da vida diária.

Juntas as duas buscas indicam novos caminhos e uma nova postura acerca do problema. Sabe-se agora que não há curas rápidas, nem soluções fáceis.

3ª Fase - Ajustamento: Quando a família recupera o sentido de controle e de equilíbrio sobre a vida diária, período que também pode durar meses ou anos. As necessidades especiais do filho serão integradas às do resto da família. As prioridades dos outros integrantes da família são estabelecidas e suas exigências atendidas, há maior flexibilidade, menos urgência e mais informações.

4ª Fase - Separação: Prepara-se o filho para que ele seja o mais independente possível, nessa fase são desenvolvidas as habilidades necessárias para a vida diária, do filho, no sentido de torná-lo o mais autônomo possível (FERNANDES e CORRÊA, 2008).

Outra autora, Sprovieri (2008), também descreve cinco fases pelas quais a família do deficiente passa, seja a natureza do problema o distúrbio de desenvolvimento, a limitação nos sentidos ou a deficiência mental. As fases são: choque, negação, cólera, convivência com a realidade e expectativa frente ao futuro.

Choque: A família se revolta, busca culpados, seus membros ficam confusos e completamente paralisados.

Negação: Ocorre a racionalização do acontecimento, busca-se por ajuda técnica na tentativa de que tenha havido engano no diagnóstico e possa ter cura.

Cólera: Afastamento do mundo para viverem o luto, vêem as outras pessoas como inimigas, a tristeza é o sentimento mais comum. O ódio pela equipe que fez o parto, por algum familiar a quem pode ser atribuída a causa da doença, por si mesmo, pelo cônjuge, por Deus, também é um sentimento que afeta a família, assim como a revolta.

Convivência com a realidade: A instabilidade é presente, com oscilações entre sentimentos de aceitação e rejeição, facilidade e dificuldade na comunicação sobre os filhos e os sentimentos. Diante da necessidade de re-organização da família para dar conta das demandas do filho especial a ajuda mútua é fundamental. Mas, ainda assim a dor acompanha os pais por toda vida. Ocorre a busca de razões para esconder o filho.

Expectativa frente ao futuro: Oscilações quanto aos sentimentos e estados de ânimo, de medo, de insegurança e os sentimentos desvalorizantes, utópicos, evasivos, realistas, dentre outros.

A autora chama a atenção para o fato de que essas fases não acontecem de forma seqüencial e que nem todos os pais passam por todas elas, assim como alguns vivem sentimentos característicos do momento do nascimento, mesmo quando seus filhos já estão adultos. Portanto, cada família enfrentará essas fases de forma particular e de acordo com algumas variáveis, como o lugar que o filho ocupa na prole, as características da deficiência, o grau de preconceito de cada cônjuge, a qualidade do vínculo do casal e com os demais membros da família.

Buscaglia na análise dos sentimentos na época do nascimento da criança deficiente considera que os sentimentos de dor são temporários, passado algum tempo da descoberta da deficiência, a família tende a mudar o estilo de vida e se acomoda à nova realidade. Segundo o autor, assim como existem famílias que podem não conhecer o desespero, frente ao inesperado e aceitam a dificuldade de forma realista e equilibrada, existem famílias que passam a vida inteira sentindo-se perdidas, não amadas, isoladas e vivem às lágrimas. Assim como existem famílias que oscilam entre um perfil e outro (BUSCAGLIA *apud* CORRÊA, 2003).

Na verdade essas teorias são semelhantes e podem ser complementares, pois as famílias podem passar por algumas dessas fases e não passar por outras. Assim, não se pode dizer que essas fases sejam sequenciais, pois cada família, de acordo com a sua natureza, enfrentará a situação de forma particular.

Dentre os muitos efeitos que o nascimento de uma criança deficiente acarreta à família, segundo Sprovieri (2008), está a dificuldade no desempenho dos papéis familiares e não familiares, e nos sintomas físicos decorrentes do sofrimento a que são expostos, casos de insônia, cefaléia, depressão, insegurança e sentimentos de impotência. Tantos transtornos são conseqüências do fato de o sistema familiar não se desenvolver naturalmente, após a chegada do deficiente.

Para a autora, como conseqüência da tensão vivida pela família de um deficiente, outras disfunções podem ocorrer devido à falta de recursos internos e externos. Dentre essas disfunções, estão a separação do casal, que não consegue manter sua unidade e se apoiar mutuamente; o estresse crônico, que além de trazer conseqüências para toda família, dificulta o atendimento às necessidades do filho especial, o que provoca o afastamento do casal de suas atividades de trabalho, de

lazer e até mesmo do relacionamento efetivo do casal; a vergonha social, que é o sentimento que mais afasta os pais do restante da família e dos amigos, ficando assim isolados e sobrecarregados, diminuindo a qualidade de vida do casal.

A forma como os pais reagem diante da deficiência do filho influenciará muito no desenvolvimento dele. Se a deficiência for vista pela família como uma ameaça, produzirá ansiedade e angústia, se a interpretação for de perda, produzirá depressão, mas se a deficiência for encarada como um desafio, os sentimentos de ansiedade e esperança serão propulsores para a busca de resolução de problemas, motivação e crescimento para o deficiente e toda a família.

Além de todas as dificuldades que a família de uma criança deficiente enfrenta, suas funções como socializadora, promotora do desenvolvimento afetivo, cognitivo, biológico e social, podem ficar ainda mais comprometidas devido a dedicação excessiva à reabilitação do deficiente e/ou aos cuidados que ele requer.

Há um consenso entre os autores de que o momento que pode ser determinante para a relação da família com a deficiência do bebê diz respeito à forma como ela recebe a notícia da deficiência. Se a notícia for dada da forma adequada, com cuidado e no momento certo, o choque diante da situação pode ser minimizado e a aceitação e a adaptação da família à nova realidade poderão ser antecipadas (GARCIAS e REGEN *apud* CORRÊA, 2003)

O que se pode perceber é que independente do nível socioeconômico e cultural da família, a chegada de uma criança com deficiência e/ou com necessidades especiais desestabiliza emocionalmente todos os membros da família. Por esse motivo é que se torna necessário que a notícia sobre a deficiência do bebê e as demais informações sejam dadas, se possível, ao mesmo tempo. Se no momento da notícia, a família, tiver acesso às possibilidades de progresso e não apenas às impossibilidades da criança, a forma como ela irá lidar com a situação tende a ser menos problemática.

A informação médica, assim como a troca de informações com outros pais que passaram pela mesma situação são fontes importantes para que a família aprenda a lidar com criança e, a criar expectativas positivas de forma mais consciente e realista.

Capítulo 3

A família na escolarização das crianças com necessidades especiais

3.1. Família e escola

A importância da família no processo de escolarização das crianças ganhou espaço no decorrer da história. Fazendo uma retrospectiva é possível perceber que no século XVIII a escola dividia a responsabilidade da educação com as famílias, no século XIX a escola era tida como o espaço do saber, a única capaz de educar segundo os saberes científicos; no século XX a relação entre família e escola era de culpa, pois a família colocava na escola a responsabilidade de educar e a escola reagia culpando a família pelos problemas de escolarização e fracasso escolar. Somente no século XXI, essa relação desencontrada dá espaço, mesmo que timidamente, a uma relação de parceria, de trabalho em conjunto, complementar, para atender as reais necessidades do aluno. A partir da década de 90 a família é chamada a participar mais das atividades escolares dos educandos passando a ser responsabilizada pelo sucesso ou fracasso escolar, sobretudo dos alunos com necessidades educacionais especiais (CORRÊA e FERNANDES, 2008).

Essa parceria entre a família e a escola foi respaldada por recomendações legais. A LDB de 1996 no Art. 12, mesmo que de forma superficial cita a necessidade de articulação entre a família e a escola, devendo esta:

VI. articular-se com as família e a comunidade , criando processos de integração da sociedade com a escola;

VII. informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica.

Sabe-se que o fato dos documentos legais determinarem que a escola deva estar em constante contato com a família para promover o desenvolvimento dos alunos não garante que essa parceria de fato acontecerá. Para que a relação da família com a escola aconteça de forma satisfatória, tanto para ambas como para a criança, é a escola que deve criar meios para que a família se aproxime e se envolva nas questões relacionadas à educação dos filhos. Além disso, dar o apoio e

orientação que a família precisa para dar continuidade ao trabalho que é realizado na escola (OGAMA e TANAKA, 2003).

Piaget, trata da importância da articulação da família com a escola:

A escola na realidade tem tudo a ganhar, ao tomar conhecimento das reações dos pais, e estes experimentam um proveito cada vez maior ao serem iniciados, por sua vez, nos problemas da escola. Uma relação estreita e continuada entre professores e os pais leva pois a muita coisa mais que a uma informação mútua: este intercâmbio acaba resultando em ajuda recíproca e frequentemente, em aperfeiçoamento real dos métodos. Ao aproximar a escola da vida ou das preocupações profissionais dos pais, e ao proporcionar, reciprocamente, aos pais um interesse pelas coisas da escola, chega-se até mesmo a uma divisão das responsabilidades (...) (PIAGET, *apud*, CORRÊA e FERNADES, 2008, p.244).

A interação da família com a escola para a promoção do processo de aprendizagem da criança possibilita que não haja um abismo entre o que a criança aprende na escola e as atividades que a família realiza no que se refere à escolarização. A descontinuidade desses dois sistemas pode ser um obstáculo para o sucesso das crianças (DAVIS *apud* DIAS, 1996).

Tanto a família quanto a escola configuram contextos de desenvolvimento da criança - são os contextos de socialização mais importantes de sua vida, por isso é natural que tenham objetivos comuns - o desenvolvimento da criança, a transmissão de conhecimentos necessários à sobrevivência dela, informações sobre cuidados pessoais, entre outros, e conseqüentemente uma complementaridade natural entre ambas (DIAS, 1996; CORRÊA, 2003).

Mas isto não é o que tem acontecido. Em muitas instituições de ensino os pais são convocados ocasionalmente para a solução de problemas ou de duas a três vezes ao ano para reuniões onde participam apenas como ouvintes. A relação da família com a escola é permeada por conflitos e cobranças mútuas. A escola culpa a família pelos insucessos dos alunos e a família culpa a escola por não desempenhar bem o seu papel. De maneira geral, as próprias crianças foram incorporadas neste modelo de relação, tanto que ficam amedrontadas quando vêem seus pais sendo chamados à escola. Muitos profissionais da educação ameaçam as crianças dizendo que se elas não se comportarem seus pais serão chamados à escola.

É importante levar em consideração que a escola passou a assumir outros papéis, pois além do compromisso com os aspectos acadêmicos, precisa dar conta

dos aspectos afetivos e sociais dos alunos, ficando assim evidente a importância de um trabalho de parceria com as famílias (SANTOS, 1999).

Os investimentos educacionais da família devem levar em conta os sinais dados pela escola sobre o rendimento dos filhos. O acompanhamento familiar dos estudos é uma necessidade, tanto para detectar o mais rapidamente possível as eventuais derrapagens para resolvê-las imediatamente, quanto para estimular o esforço dos jovens (SINGLY, 2007, p. 57).

Para que essa parceria de fato aconteça, a escola deve estar ciente da importância que a família tem para o processo de escolarização das crianças. Com isso, precisa incentivar e proporcionar a capacitação dos profissionais, para que tenham melhores condições de realizar um trabalho efetivo com as crianças e atender aos pais destas. Capacitados, os educadores terão a consciência da importância da família no processo de escolarização das crianças e estarão em melhores condições para mostrar para os pais a importância de seu papel para que junto à escola possam proporcionar o desenvolvimento da criança.

É fundamental que a escola mostre para os pais a importância da participação deles para o desenvolvimento de seus filhos, uma vez que muitos pais desconhecem sua importância ou se julgam incapazes. Para isso, a escola precisa acreditar que essa parceria é fundamental e acolher esses pais para que eles aprendam a confiar na escola.

A família deve ser vista pela escola como parte integrante da equipe que trabalha para promover o desenvolvimento do educando, e não como uma instituição de precisa ser tratada. Os educadores precisam fazer os pais pensarem nas questões referentes aos filhos. Os professores da escola não devem ter medo da presença questionadora dos pais, na verdade se a família estiver ciente e participar da elaboração das práticas pedagógicas que são realizadas com seus filhos, entenderá e valorizará essas práticas. A partir do momento que os pais tiverem suas informações e contribuições valorizadas nas tomadas de decisão quanto à escolarização de seus filhos se envolverão cada vez mais e se sentirão mais a vontade para expressar seus sentimentos com relação à escola de maneira mais amistosa.

“Querer que os pais falem o que a escola quer ouvir é, 'sem querer', eliminar os pais na sua diferença”. “Se a escola só quer falar e ouvir seu próprio discurso, o que se produz é um diálogo de 'surdos’”. A escola deve estar aberta as falas das famílias e concebê-las como contribuições importantíssimas para a prática pedagógica (PINTO E GOLDBACH, 1990, p.107).

Os professores e os pais, que reconhecem os seus papéis como complementares, que enfocam as suas interações com entusiasmo e não com apreensão e que contemplam as suas relações como as de uma equipe sentir-se-ão recompensados, no geral, por crianças felizes capazes e meigas, e, para além disso, com sentimentos pessoais de mútuo respeito (MERIER *apud* DIAS, 1996, p.51)

Pesquisas já comprovaram que a família se interessa pela escolarização dos filhos e que o que lhes falta é espaço para expor suas idéias e a percepção de que são levadas em conta. Quando a família participa do processo de escolarização das crianças, o rendimento destas aumenta. A comunicação freqüente e clara entre essas duas esferas proporcionam progressos tanto na escola quanto no lar, pois assim como a família viabiliza o maior rendimento escolar, a escola pode criar estratégias para melhorar o comportamento e o convívio do aluno com a família.

3.2. Família e Escola: Alunos com necessidades especiais

Quanto aos aspectos legais dessa parceria, no âmbito internacional a Declaração de Salamanca (1994) apresenta recomendações sobre o estreitamento das relações da família com a escola, no artigo 58:

Os Ministérios da Educação e as escolas não devem ser os únicos a perseguir o objetivo de dispensar o ensino a crianças com necessidades educacionais especiais. Isso exige também a cooperação das famílias e a mobilização da comunidade (...).

No artigo 61:

Deverão ser estreitadas as relações de cooperação e de apoio entre administradores das escolas, professores e pais, fazendo que estes últimos participem na tomada de decisões, em atividades educativas no lar e na escola(...)e na supervisão e no apoio da aprendizagem de seus filhos.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2007) tem como um de seus objetivos que o sistema de ensino promova a

participação da família no processo de ensino das crianças com necessidades educacionais.

Como mencionado nesse capítulo, a relação da família com escola é fundamental para que o melhor desenvolvimento do aluno seja alcançado. Essa parceria também é imprescindível quando se trata de crianças com necessidades especiais.

Qualquer trabalho que se considere sério e coerente, seja em escola, hospitais ou centro de tratamento, não pode prescindir da participação da família, pois o indivíduo é primariamente produto dessas relações e as refletirá, ao longo da sua vida (LIMA, MAIA e DISTLER, 1999, p. 37).

Atualmente dá-se maior atenção para a importância da escola compreender a dinâmica familiar dos alunos com necessidade especiais, conhecer e considerar as diversidades de cada núcleo familiar, que na maioria dos casos é composto pelas pessoas com quem se pode contar. A escola precisa articular-se com todos os membros envolvidos com aquela criança, não apenas os que possuem grau de parentesco com o aluno, e fazer com que todos os “familiares” se sintam parte integrante do processo educacional. Chamar a família a participar da formação de seus filhos é torná-la consciente de seu papel. “É fundamental que as famílias conheçam a forma como os seus filhos são educados e o trabalho desenvolvido na sala de aula, e que participem da organização do trabalho escolar” (OLIVEIRA, 2002, p.20).

Além disso, a escola, em muitos casos, precisa auxiliar a família no processo de aceitação e diagnóstico da necessidade da criança, visto que algumas famílias chegam à escola com muitos problemas para lidar com a realidade de ter uma criança com necessidades especiais, pois ainda estão se adaptando a essa nova realidade de receber um filho que não havia sido planejado.

Nesses casos a escola terá papel fundamental no estabelecimento da relação da família com a criança, sobretudo com relação às expectativas da família quanto ao seu desenvolvimento. A falta de expectativas da família quanto ao desenvolvimento da criança pode ser determinante para a falta de progresso. A escola pode ser o caminho para que a família passe a ver com um olhar diferente a deficiência do filho, de modo que não se limite ao que ele não faz, mas dêem atenção especial àquilo que ele poderá fazer, e nos progressos que alcançará.

Portanto, embora seja compreensível a existência de transtornos nas famílias que possuem um de seus membros com diferenças, é cada vez mais urgente a necessidade de as famílias construírem um olhar positivo sobre eles. Esse olhar positivo pode vir a criar expectativas na família, transformando atitudes de comodismo a situações preestabelecidas em vontade de superação de limites, e levar seus(suas) filhos(as) a terem uma melhor auto-estima e a desenvolverem-se em diversos aspectos, inclusive no escolar (DORZIAT, 2007).

A autora defende que a escola, assim como os médicos, deve esclarecer a família quanto às reais possibilidades de desenvolvimento da criança e possibilitar que a família entenda que deficiência e incapacidade não são sinônimas e, além disso, que a criança não aprende só no ambiente escolar.

O desenvolvimento biopsico-social de crianças e adolescentes está intimamente relacionado as vivências familiares. Quanto mais produtivo e seguro é este ambiente familiar, mais equilibrada, estável e feliz é a criança fruto desse meio (LIMA, MAIA e DISTLER, 1999, p. 37).

Em muitos casos, a falta de diálogo entre a escola e família faz com que existam incompatibilidades entre o que a família espera da escola e o que de fato a escola pode oferecer. Se a escola acolher essa família, e uma relação de parceria se solidificar, evitará que as expectativas de ambas as partes sejam desencontradas, pois muitas famílias retiram suas crianças de escolas que frequentam por não terem suas expectativas alcançadas. Existem famílias que acreditam que a escola pode curar a deficiência, e por isso ao perceber que a criança está tendo poucos progressos acredita que a escola não está realizando um trabalho adequado. Isto acontece por que muitas famílias associam desenvolvimento à cura e esse comportamento é compreensível, uma vez que essas famílias enfrentam grandes problemas de aceitação da deficiência de sua criança (OGAMA e TANAKA, 2003; CINTRA, RODRIGUES e CIASCA, 2009).

Desta forma, o diálogo entre a família e a escola deve ser estabelecido desde o momento da matrícula, para que a família consiga entender claramente à que a escola se propõe e decidir se está de acordo com o que busca para seu filho. A escola deve apresentar para a família as regras que orientam suas práticas educacionais, para que sejam evitados problemas futuros quanto às expectativas dos pais com relação à escola e vice versa. É preciso que os pais saibam o que está

sendo feito com os filhos, o porquê e como, para que possam participar desde a concepção das atividades (PINTO e GOLDBACH, 1990).

Para a família, o momento da entrada da criança na escola é sempre acompanhado por uma série de sentimentos, quando a criança tem necessidades especiais a preocupação da família é redobrada, visto que em muitos casos é o primeiro momento em que a família expõe seu filho, sobre tudo aos cuidados de outras pessoas. Essa separação gera muita insegurança, para a mãe principalmente, por que de forma geral, até então a família era a única fonte de cuidados da criança. Inclusão gera insegurança nos pais também no que se refere à discriminação e o preconceito, pois a exposição será maior no convívio com as outras crianças. Os profissionais da educação precisam levar em conta a grande dificuldade que é para muitas famílias e entrada da criança especial na escola.

Afinal, embora para algumas famílias a entrada da criança com necessidades especiais na escola regular seja vista de forma positiva, pois permite que ela esteja em contato com outras crianças, seja aceita por elas e marque o início do convívio dessa criança com a sociedade. Para outras famílias, a exposição que a entrada da criança na escola pressupõe, é algo indesejável.

Pamplin e Sigolo (2003) lembram que como a aprendizagem de crianças com necessidade especiais se dá de forma mais lenta e complexa, a família precisará atuar de forma mais intensa do processo de desenvolvimento dessa criança e para isso precisará de um suporte, que deve ser oferecido pela escola.

Os pais, as instituições de saúde e educativas devem estar em permanente contato, a fim de comunicarem novas informações, promover sessões de formação, preparar entrevistas e exames complementares, descompensar o "estresse familiar", planificar o futuro, (...) (TULESKI et. al., 2003, p.102).

Por serem os primeiros e em muitos casos, os únicos adultos com os quais a criança interage ao nascer e durante os primeiros anos de vida, os pais devem ser envolvidos na intervenção com os filhos, e, devem também iniciar as estimulações e outras condições de aprendizagem essencial ao seu desenvolvimento.

Para que a escola dê o suporte que a família necessita o projeto político pedagógico da instituição deve contemplar o trabalho com todas as famílias. A proposta pedagógica deve ser elaborada em parceria com a família, impedindo que se instale um abismo entre as praticas educativas escolares e as práticas realizadas

no ambiente familiar. O vínculo estabelecido entre escola e família deve possibilitar que a família dê continuidade ao trabalho que é realizado na escola.

A família e a escola devem partilhar informações sobre a criança cotidianamente, devem estar em diálogo para que juntas possam perceber os progressos e criar estratégias que possibilitem o desenvolvimento da criança. O ideal é que família e a escola dialoguem sobre a criança em questão, para que se dê uma troca de impressões, de interpretações e assim as ações desenvolvidas sejam conjuntas e coordenadas (DORZIAT, 2007).

A escola precisa se transformar para receber a criança com necessidades especiais e sua família que, em muitos casos, vivencia uma imensa angústia e muitas dúvidas quanto às possibilidades de desenvolvimento da criança. Os profissionais da instituição precisam ter consciência de que não basta colocar a criança deficiente no mesmo ambiente que as demais crianças, é preciso realizar uma prática que contemple as diferenças das mesmas e, sobretudo as particularidades de sua família.

Como tanto a escola quanto a família são essenciais para o desenvolvimento das crianças, fica evidente que as duas devem agir juntas e realizar um trabalho complementar para que seus resultados sejam positivos. Para que esse trabalho seja complementar, a família precisa participar efetivamente do processo de aprendizagem da criança, deve participar inclusive, da elaboração das atividades, para que se sinta parte do processo, e com isso se sinta segura e capaz de dar continuidade ao trabalho que é realizado na escola.

Considerações Finais

A realização deste trabalho permitiu identificar as importantes conquistas das pessoas com deficiência, uma vez que na Antiguidade ela era assassinada, com o cristianismo passou a ser considerada criatura de Deus, por isso possuidora de alma, e com o passar do tempo conquistou espaço na legislação, que hoje concede-lhes os mesmos direitos que as demais pessoas, sobretudo no que diz respeito à educação.

O direito da pessoa com necessidades de frequentar a escola, não lhes garantiu imediatamente acesso às mesmas condições que as outras crianças, pois até determinado momento da História vivam confinadas em escolas ou classes especiais. Um progresso evidente no contexto de escolarização das crianças com necessidades especiais foi o surgimento do conceito de inclusão que possibilita que, além dessas pessoas frequentem escolas regulares e classes regulares, tenham suas particularidades contempladas no processo educativo.

A proposta da inclusão é de fundamental importância para o desenvolvimento dessas crianças, mas só se for colocada em prática de fato, se a criança fizer realmente parte do processo, se suas diferenças forem aceitas e respeitadas, se a escola se esforçar para atender às necessidades da criança, e não o contrário. Essa prática requer esforço de todos os profissionais envolvidos no contexto educacional.

Além dos profissionais, uma das partes fundamentais nesse processo é a família da criança que, em muitos casos, não é composta pelas pessoas com vínculo sanguíneo, mas as pessoas com que a criança pode contar. Todos os membros da família dessa criança devem ser chamados para fazer parte do processo de escolarização da mesma, desde a elaboração das atividades que serão realizadas com ela. A família precisa aprender a dar continuidade ao trabalho que é desenvolvido na escola, e isso só será possível se ela fizer parte do contexto educacional.

Para que a parceria da escola com a família se concretize é preciso que o Projeto Político Pedagógico da instituição contemple a participação da família no processo educativo e que todos os profissionais reconheçam a importância da família atuar nesse processo e reconheçam também as contribuições que ela pode trazer para a escola. Para que os educadores tenham consciência dessa

importância, e estejam preparados para atender às diversidades dos alunos a formação dos mesmos deve dar atenção para isso.

A parceria da escola com a família promove benefícios para todas as partes envolvidas, para a família, para a escola, e para a criança. Para a família porque aprende a lidar com sua criança e a promover seu desenvolvimento dando continuidade ao que é feito na escola, sentindo-se mais segura para fazer as intervenções, acolhida e apoiada, uma vez que de maneira geral chega à escola despreparada e emocionalmente abalada, vivendo intensos conflitos provenientes do nascimento de um filho que não haviam desejado.

Quando isso acontece, a escola é beneficiada por não de sentir mais cobrada pelas famílias; aprende com a família a lidar com a criança; não se sente sobrecarregada, já que divide com a família a responsabilidade pela promoção do desenvolvimento do aluno. A criança é beneficiada, pois o seu melhor desenvolvimento fica mais fácil de ser alcançado, pelo fato de não haver um abismo entre o que é realizado na escola e as práticas realizadas em família, são crianças que se sentem potencializadas com a presença da família na escola.

O diálogo entre ambas possibilitará que não ocorram conflitos entre esses sistemas com relação às expectativas referentes ao desenvolvimento da criança, a família entenderá à que a escola se propõe.

Como família e escola são os contextos de desenvolvimento da criança é natural que ambas trabalhem juntas para que o desenvolvimento máximo da criança seja alcançado, é fundamental que uma tenha consciência da importância da outra para que juntas promovam a escolarização da criança.

A realização deste trabalho foi de fundamental importância para completar a formação obtida como profissional da educação, pois além de aprofundar os conhecimentos sobre essa temática, a pesquisa possibilita refletir sobre outros aspectos com relação à importância da família no processo de escolarização das crianças, principalmente das crianças com necessidades especiais que ainda não despertaram a curiosidade e o interesse de muitos profissionais.

Considero importante declarar a dificuldade para encontrar bibliografia sobre o tema escolhido. Apesar da importância do assunto, até mesmo nas recomendações legais a relação da escola com a família, inclusive a família das crianças com necessidades especiais, é tratada de maneira superficial.

Vivemos em um novo século que exige respeito à diversidade da mesma forma que exige dos profissionais da educação um novo tipo de procedimento, no sentido de aproximar aqueles que possam contribuir com o desenvolvimento de seus alunos, sejam eles com ou sem necessidades especiais.

Referência Bibliográfica

BRASIL. MEC. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, 2007.**

CINTRA, M. S.; RODRIGUES, S. das D.; CIASCA, S. M. **Inclusão Escolar: Há coesão nas expectativas de pais e professores?** Disponível em <http://www.abpp.com.br/revist_psicopedagogia> Acesso e 16.09.2009.

COLGANO, N. A. S. e ALVES, Z. B. Necessidades de Famílias de Bebês com Síndrome de Down-SD: Subsídios para uma proposta de intervenção-Parte 1. In: **O papel da família junto ao portador de necessidades especiais.** Maria Cristina Marquezine [et. al.] (org.). Londrina: Eduel, 2003.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em <<http://www.soleis.com.br/ebooks/1-Constituicoes5.htm#87>> Acesso em 04.11.2009.

CORRÊA, M. Â. M. Evolução Histórica da educação Especial. In: **Educação Especial.** Maria Ângela M. Corrêa v.1. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2003.

_____. Família e Escola no Processo de Inclusão. In: **Educação Especial.** Maria Ângela M. Corrêa v.1. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2003.

_____. Avanços Conquistas na Educação Especial. In: **Educação Especial.** Maria Ângela M. Corrêa v.1. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2003.

_____. A integração das pessoas com necessidades especiais. In: **Educação Especial.** Maria Ângela M. Corrêa v.1. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2003.

_____. Família e Escola. In: **Educação Especial.** Maria Ângela M. Corrêa v.1. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2003.

CORRÊA, M. Â. M. e FERNANDES, E. M.; Família e escola: Uma relação complexa e de âmbito interdisciplinar In: **Processo ensino-aprendizagem dos alunos com necessidades especiais: o aluno com deficiência mental**. Maria Ângela M. Corrêa e Edicléa M. Fernades Rio de Janeiro: UNIRIO, 2008.

CUBERO R. e MORENO M. C. Relações sociais nos Anos Escolares: Família, Escola, Companheiros. In: **Desenvolvimento Psicológico e Educação: Psicologia Evolutiva**. César Coll; Jesús Palacios e Alvaro Marchesi (orgs.). v. 1. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

_____. Relações Sociais nos Anos Pré-escolares: Família, Escola, Colegas. In: **Desenvolvimento Psicológico e Educação: Psicologia Evolutiva**. César Coll; Jesús Palacios e Alvaro Marchesi (orgs.). v. 1. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

DIAS, J. C. **A problemática da relação família/escola e a criança com necessidades educativas especiais**. Disponível em <<http://www.inr.pt/download.php?filename=11++A+problem%E1tica+da+rela%E7%E3o+fam%EDlia%2Fescola+e+a+crian%E7a&file=%2Fuploads%2Fdocs%2FEdicoes%2FCadernos%2FCaderno011.pdf>> Acesso em 01.12.2009.

DORZIAT, A. **A família no contexto da inclusão escolar**. Disponível em <<http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT15-3171--Int.pdf>> Acesso em 01.12.2009.

DOTA, F. P.; ÁLVARO, D. M. A. **Ensino inclusivo: Aspectos relevantes**. Disponível em <http://www.abpp.com.br/revista_psicopedagogia> Acesso em 16.09.2009.

ERILDO, J.; BERNARDA, P.; ROMEIRO, P. **Educação Inclusiva no Contexto Escolar: Dificuldades de Aprendizagem**. Disponível em <http://www.abpp.com.br/revista_psicopedagogia> Acesso em 16.09.2009.

JÚNIOR, T. B. N. Deficiência, Incapacidade e Desvantagem: Conceitos Básicos. In: **Psicologia do Excepcional - Deficiência Física, Mental e Sensorial**. Edwiges F. de M. Silveiras [et. al.] (org.). Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

_____. Inclusão e Integração em Busca de uma Sociedade mais Inclusiva: Construções e Contradições. In: **Psicologia do Excepcional - Deficiência Física, Mental e Sensorial**. Edwiges F. de M. Silveiras [et. al.] (org.). Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm> Acesso em 04.11.2009.

LIMA, R. P.; MAIA, R.; DISTLER, S. D. C.; Reflexão sobre um trabalho com famílias. **Espaço: informativo técnico-científico do INES**. Rio de Janeiro: INES, n11, p.37-39, jan-jun 1999.

OGAMA M. A. G. e TANAKA, E. D. O. Família e instituição para Portadores de Deficiência Mental – DA: Expectativa do Primeiro Contato à Realidade. In: **O papel da família junto ao portador de necessidades especiais**. Maria Cristina Marquezine [et. al.] (org.). Londrina: Eduel, 2003.

OLIVEIRA, E. da S. G. de. O significado da relação família-escola para a aprendizagem significativa. **Nós da Escola**. Rio de Janeiro n 8, p.17-19, 2002.

PAMPLIN, R. C. de O. e SIGOLO S. R. R. L. Relações Diádicas no Contexto Familiar de Crianças com Necessidades Educacionais Especiais. In: **O papel da família junto ao portador de necessidades especiais**. Maria Cristina Marquezine [et. al.] (org.). Londrina: Eduel, 2003.

PASSOS, M. C. A família não é mais aquela: alguns indicadores para pensar suas transformações. In: **Família e Casal: Arranjos e Demandas Contemporâneas**. Terezinha Féres Carneiro (org.). Rio de Janeiro: Ed.PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003.

PEIXOTO, C. E. As transformações familiares e o olhar do sociólogo. In: **Sociologia da família contemporânea**. François de Singly. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007.

PINTO, A. N. L.; GOLDBACH, A. Escola-Família: Iniciando um diálogo. In: **Psicologia Escolar. Artigos e estudos**. Marília Amorim (org.). 1ª. ed. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990.

RODRIGUES, I. J. Inclusão: Um Desafio em Processo de Construção. In: **Psicologia do Excepcional - Deficiência Física, Mental e Sensorial**. Edwiges F. de M. Silveiras [et. al.] (org.). Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

SALVADOR, C. C. (org.). As práticas educativas familiares. In: **Psicologia da Educação**. Salvador Cesar Coll (org.). Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

SANTOS, M. P. dos. A inclusão e as relações entre a família e a escola. **Espaço: informativo técnico-científico do INES**. Rio de Janeiro: INES, n11, p.40-43, jan-jun 1999.

SARTI, C. A. Família e individualidade: um problema moderno. In: **A Família Contemporânea em Debate**. Maria do Carmo B. de Carvalho. (org.). São Paulo: EDUC/Cortez, 1995.

SINGLY, F. de. A família e a escola. **Sociologia da família contemporânea**. François de Singly. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007.

_____. Família: primeira e segunda modernidades ocidentais. In: **Sociologia da família contemporânea**. François de Singly. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007.

SPROVIERI, M. H. S. Família e Deficiência. **Psicologia do excepcional - Deficiência física, mental e sensorial**. Edwiges F. de M. Silveiras [et. al.] (org.). Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

TULESKI, S. C. (org). Educação Especial: A Família como Foco. In: **O papel da família junto ao portador de necessidades especiais**. Maria Cristina Marqueline [et.al.] (org.). Londrina: Eduel, 2003.

VITALE, M. A. F. Socialização e família: uma análise intergeracional. In: **A Família Contemporânea em Debate**. Maria do Carmo B. de Carvalho (org.). São Paulo: EDUC/Cortez, 1995.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais- CCH
Escola de Educação - EE

MONOGRAFIA II

ALUNO(A)/matrícula: Rachel Cristina dos Santos de Souza. / 20052351117

TÍTULO DO TRABALHO MONOGRÁFICO: Família e Escola: Parceiras no Processo de Aprendizagem da Criança com Necessidades Especiais.

ORIENTADOR(A): Maria Ângela Monteiro Corrêa.

FICHA DE AVALIAÇÃO FINAL

PRIMEIRO AVALIADOR

Professor convidado: Antônia Barbosa Pincano.

Nota: 100

Considerações:

O trabalho monográfico de Rachel Cristina dos Santos Souza segue os requisitos de um trabalho elaborado com dedicação.

O tema é bastante interessante e coloca em relevo os desafios que não são somente da família, para comprometer-se no sentido pleno, com a inclusão.

Antônia B. Pincano

DATA: 30/12/2009

Assinatura:

Antônia B. Pincano

SEGUNDO AVALIADOR

Professor orientador: Maria Ângela Monteiro Corrêa.

Nota: 10,0 (10)

Considerações:

Trabalho desenvolvido com autonomia e independências. Tema importante no contexto da escola e da sociedade das pessoas com necessidades especiais. O resultado apresentado revela um percurso de pesquisa e reflexões com contribuições significativas à visão de que a parceria escola-família pode trazer uma nova forma de apoio ao processo de escolarização.

Data: 14 de Dezembro / 2009 Assinatura: Maria Ângela M. Corrêa

| RESULTADO FINAL | | |
|-----------------|-------------|-------------|
| Avaliador 1 | Avaliador 2 | Média final |
| 10,0 | 10,0 | 10,0 |

Rio de Janeiro, 14 de Dezembro de 2009.
Maria Ângela M. Corrêa
Maria Ângela Monteiro Corrêa